

MARXISMO E EDUCAÇÃO

PARASKEVA, João M.; ROSS, E. Wayne; HURSH, David (Orgs). *Marxismo e educação*. Porto: Profedições, 2006. v. 1

Vidal Dias da Mota Junior*

Este livro – *Marxismo e Educação Volume I* – atreve-se a sugerir um amplo quadro de leituras que tentam abrir caminho para uma melhor compreensão da importância da abordagem marxista e neomarxista para o fenômeno da escolarização. O livro é oportuno por abordar as questões contemporâneas em que os movimentos neoliberais e neoconservadores têm vindo a triunfar – não, contudo, sem resistências – na imposição, não só de um modelo “único de sociedade”, como também na construção da idéia de que não há alternativa ao capital e seu perverso processo de socialização.

Os capítulos deste primeiro volume constituem precisamente uma leitura relacional do fenômeno da escolarização.

No capítulo 1 – *Uma leitura marxista do Ensino da Leitura* – Patrick Shanon, entre outras questões, explica como a teoria marxista nos ajuda “a perceber por que razão tantos indivíduos-professores, administradores e contribuintes – aceitam a racionalização”. No âmbito das “tentativas de assegurar a aprendizagem através da especialização das funções dos professores, os indivíduos perdem a perspectiva do processo humano de ensino e de aprendizagem”. Shanon destaca que no ensino da leitura sobressai a presença dos manuais como base do ensino da leitura.

A justificação para a utilização das aulas conforme o Guião e dos testes de competição é a lógica de produção. Os manuais (guiões) proporcionam o distanciamento da função, transformando os professores em fatores de implementação e de planificações curriculares de outros; dirige a atuação dos professores na sala de aula, nas escolas e nos distritos; e ainda sincronizam a actuação dos professores e dos alunos em torno de uma bolsa de valores abstrata constituída pelos resultados dos testes dos mesmos.

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (1999), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2002) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2006). Atualmente é professor titular da Academia de Ensino Superior e professor titular da Universidade de Sorocaba. Tem experiência na área de Ciência Política e Sociologia, atuando, principalmente, nos seguintes temas: políticas públicas, federalismo, municípios, educação ambiental, turismo e desenvolvimento sustentável.

E-mail: vidal.mota@uol.com.br

O autor afirma que o: “trabalho dos professores e o trabalho dos alunos confrontam-se hoje como coisas separadas, na verdade como coisas que os dominam como propriedade. Os programas confrontam os professores e os resultados dos testes confrontam os alunos.”

A isto Marx chama de “alienação – a subordinação do trabalhador ao produto hipostasiado do seu trabalho”.

Em reconsiderando o Significado de Gestão Científica numa perspectiva marxista, Ahmet Öncü Ahmet e Hasim Köse trabalham, entre outras questões, “com o significado de ciência conforme foi conceitualizada por Taylor, em Princípios Científicos da Administração”. Uma análise que se ancora nos trabalhos de Marx para, entre outros aspectos, desconstruir a doutrina da eficiência social e os efeitos letais no tecido social.

No capítulo 3 – Neo – Marxismo com Garantias – Hegemonia e Senso Comum – argumenta-se que “a teoria marxista tem tido um notável, embora desequilibrado e acidentado, ressurgimento”. Pretende-se aqui analisar o contributo “doutrinado” pelas abordagens de Gramsci, Willians, Hall e Apple, dentro da tradição marxista – e assim tentar perceber como tais abordagens permitem que se compreenda em profundidade a educação como uma questão política. Em vez de uma conclusão, não só se identifica como a direita cooptou algumas das posições redutoras marxistas e como é importante lutar por uma análise relacional – que não desvalorize a classe como categoria – mas também, com Huebner, propõe-se o materialismo dialético como a melhor maneira de construir o currículo.

Bruno Gali, no capítulo 4 trata a Práxis e o Perigo: a Ontologia Rebelde de Antonio Gramsci. O seu principal intuito é analisar “como, na visão de Gramsci, o marxismo, ou a filosofia da práxis, é uma nova e total concepção do mundo, ainda que dinâmica, cujo interesse não pode ser limitado a uma ou outra esfera da totalidade da vida.” O autor termina propondo uma outra leitura dos conceitos de totalidade – totalidade como plenitude – e de vontade.

Em a Sociedade do Espetáculo Revisitada: Separação, Escolarização e a Busca da Cidadania Perigosa, Kevin Vinson e E. Wayne Ross dispõem-se a atingir uma miríade de objetivos. Propõem-se uma leitura da obra de Guy Debord – A Sociedade do Espetáculo – à luz da escolarização atual com a tônica a incidir nos EUA. Socorrem-se ainda das conceptualizações de Debord como uma série de meios e mecanismos através e pelos quais examinam, não só as diversas ameaças contras os ideais das escolas financiadas publicamente e governamentalmente, como também formas de resistência, tratando de uma forma destacada o que denominam “cidadania perigosa”.

No capítulo 6, Democracia Sitiada: Capitalismo Global, Neoliberalismo e Educação, David Hursh demonstra como e porquê deve o neoliberalismo ser “detido uma vez que

diminui a liberdade, a democracia e a igualdade na sociedade e na educação”. Para a consecução do seu propósito Hursh começa “com uma curta descrição sobre o neoliberalismo, incluindo como este contrasta com o liberalismo social-democrata”, trata a forma como o neoliberalismo, incluindo como este contrasta como liberalismo social democrata”, trata a forma como o neoliberalismo, - na educação – muda a natureza da educação, a relação entre o estado e a escola e entre o indivíduo e a sociedade” e examina “reformas específicas que têm acontecido na cidade (por exemplo Chicago), no estado (por exemplo Nova Iorque) e ao nível federal” e a forma como “transformaram radicalmente a natureza do indivíduo e o seu relacionamento com a sociedade.”

Portanto, constata-se a Educação Contemporânea nos Estados Unidos tem sido alvo de políticas voltadas para os interesses do mercado em que o aspecto mais evidente desse processo é o fato de que professores, alunos e toda a comunidade local perderam o controle sobre o ensino e a aprendizagem para os líderes empresariais e políticos do país. Os poderes político e econômico afirmam que a economia, cada vez mais globalizada, exige reformas na educação que permitem às escolas criar com mais eficiência trabalhadores produtivos. “Essa eficiência pode ser conseguida, ao que argumentam, através do currículo padrão, testes normalizados, sanções para as escolas com maus resultados e a introdução de mercados competitivos e da privatização”. O resultado disso para o autor, tanto na cidade de Chicago como na cidade de Nova Iorque tem sido a produção de mais exclusão tanto espacial como economicamente. As reformas neoliberais que padronizam o currículo e retiram a autonomia da escola têm ampliado o fosso entre os estudantes que são tradicionalmente excluídos, como os de cor, os deficientes e aqueles para quem o inglês é uma segunda língua. Enfim, no mundo todo essas medidas têm alargado o fosso entre ricos e pobres.

Jurjo Torres Santomé, no último capítulo, denuncia os índices de Rendimento como Estratégia e Medida Contra Reformistas nas Reformas Educativas. Para o autor galego, tais indicadores devem ser entendidos no âmbito das políticas neoliberais, e revelam efeitos gravíssimos, nomeadamente

diminuição e segmentação dos conteúdos, as perspectivas conflituosas da informação acautelam-se em benefício de um falso senso, as escolas marginalizam ainda mais as culturas tradicionalmente silenciadas, regressa-se às estratégias didáticas de trabalho mais tradicionais e autoritárias, consolida-se a política do manual escolar ainda mais padronizado, a principal preocupação dos professores volta a ser a disciplina e a cultura do empenho e aposta-se na prescrição e centralização das decisões sobre os conteúdos escolares, limitando-se assim a autonomia dos professores.

A leitura de Marxismo e Educação, como exposto, configura-se no cenário brasileiro, especificamente, no caso da Educação Pública do Estado de São Paulo como oportuno e explicativo das reformas que estão sendo promovidas pelo Governo do Estado com fins de promover melhor desempenho da rede de ensino.

As reformas são apresentadas como exigidas pela economia global e pelo domínio das políticas neoliberais. Tais mudanças globais, segundo o argumento dos proponentes, exigem redução das despesas públicas, padronização do sistema de ensino (manuais e avaliação) a introdução de mercados e a privatização como meios de aumentar a eficiência. A educação está, tanto quanto possível prestes a ser transformada num mercado competitivo e os estudantes a serem transformados em empresários empreendedores e competitivos.